
UMA PESQUISA SOBRE A INFRAESTRUTURA LIGADA AO MEIO AMBIENTE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UBIRAJARA CONTRO MALAVASI
PhD., Prof. Adjunto, IF- DCA-UFRRJ

M. M. Malavasi
PhD., Enga. Agronomo

RESUMO

A política nacional do meio ambiente coloca o município com papel atuante na co-gestão das questões ambientais. Na presente pesquisa foram levantados detalhes de ordem organizacional, física, pessoal e financeira das prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro ligadas às questões do meio ambiente.

ABSTRACT

The national environment political guideline reserves an important role for the county. This survey investigated the organization, personnel, infrastructure and financial aspects of environment agencies from counties within the state of Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Os brasileiros assistiram recentemente a um intenso aprimoramento da legislação ambiental no país (Silva, 1994). As resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, juntamente com as constituições federais e estaduais e, por último, as Leis Orgânicas dos Municípios introduziram dispositivos legais capazes de promover uma melhora sensível nas relações entre DESENVOLVIMENTO e o MEIO AMBIENTE (Barroso, 1992).

Com a definição da Política Nacional do Meio Ambiente, através do decreto n.º 99.274 de 06 de Junho de 1990 (MILARE, 1991), os municípios foram explicitamente incluídos no Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA. Assim, com a atuação e participação municipal na co-gestão das questões ambientais devidamente caracterizadas, os municípios poderão, finalmente, legislar sobre a matéria.

Se pelo menos em termos legais a questão ambiental foi equacionada, torna-se mister conhecer como os municípios teriam adequado suas estruturas a esta nova dimensão administrativa.

OBJETIVO

A questão ambiental no Estado do Rio de Janeiro possui, inequivocamente, uma figura de destaque nos mais variados níveis, devido à sua beleza natural e por ser internacionalmente reconhecida. Contudo, em vista de que vários problemas ambientais são constantemente apontados e identificados em todo o estado, existe a necessidade de investigar a situação atual da infraestrutura ligada ao meio ambiente, em cada município.

O objetivo desta pesquisa foi o de quantificar os recursos materiais, humanos e orçamentários destinados pela administração municipal às

questões do meio ambiente bem como identificar, na visão dos atuais administradores, quais são as principais questões ambientais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Os dados foram obtidos através do envio, pelo correio, de formulários a todas as sedes das prefeituras dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Os quesitos utilizados, em número de 12 (doze), buscaram conhecer a existência da estrutura municipal com responsabilidades sobre o MEIO AMBIENTE, assim como detalhes de ordem organizacional, física, pessoal e financeira das mesmas. Outrossim, foi procurado identificar os principais problemas e/ou questões ambientais do município observados pelo prisma dos governantes.

RESULTADOS

Vinte e dois questionários retornaram devidamente preenchidos. Deste total, vinte prefeituras (90,91%) possuem alguma estrutura administrativa municipal própria ligada ao MEIO AMBIENTE (Figura 1). Entre as prefeituras que responderam ao questionário, 59,09% das prefeituras afirmam a existência de outros órgãos com responsabilidades ambientais (de origem estadual ou federal) no município.

As infraestruturas municipais receberam denominações diversas como: superintendência, diretoria, divisão, departamento, coordenadoria, assessoria, conselho e empresa. Foram poucas as informações recebidas com respeito ao organograma das estruturas municipais do MEIO AMBIENTE. Nota-se, no entanto, que catorze delas (70%) são integrantes de secretarias de município. O enfoque histórico de que o MEIO AMBIENTE é visto como parte do sistema rural, ou campestre, é ainda forte, haja visto que metade das estruturas municipais ligadas ao MEIO AMBIENTE estão sob a tutela da secretaria municipal, que, além de outras responsabilidades, trata da agricultura.

As informações a respeito do início das atividades das estruturas administrativas municipais indicaram datas recentes, sendo

que as mais antigas datam de 1989. Mais da metade dessas estruturas, ou seja 11 das 22, ainda não completaram um ano de existência.

Com respeito à quantificação dos recursos físicos disponíveis, os dados informados indicam que a maioria possui escritório bem como alguma forma de transporte (mesmo que em convênio) e podem utilizar alguns recursos cartográficos como mapas e fotografias (Figura 2). Por outro lado, os recursos pessoais das estruturas municipais ligadas ao MEIO AMBIENTE variam em número de 01 até de 35 técnicos, apresentando maior frequência com um número de 3 técnicos (Figura 3).

Os recursos financeiros disponíveis através de orçamento municipal atendem 40% das prefeituras que responderam ao questionário. Os valores variam de CR\$ 1×10^5 até CR\$ $5,93 \times 10^9$ (dados referentes aos orçamentos de 1993). Cerca de 45% das prefeituras não possuem nenhuma fatia de seus orçamentos alocados para atender as necessidades das estruturas municipais. A participação de outras formas de recursos financeiros (convênios, doações, contribuições, etc) foi negada por 70% dos questionários recebidos. No constante à legislação municipal pertinente ao MEIO AMBIENTE, 80% dos questionários recebidos afirmam possuírem alguma legislação própria.

Os principais problemas ambientais apontados pelas autoridades municipais nos questionários, distribuídos em seis categorias, indicam que o uso irracional dos recursos naturais é o principal problema, seguido pela poluição e pelo desenvolvimento urbano dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (Tabela 1).

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, L. R. 1992. A proteção do meio ambiente na Constituição Brasileira. RF 317:161-178.
- MILARE, E. Legislação Ambiental do Brasil. Edições APMP Série Cadernos Informativos, São Paulo 640p
- SILVA, A. F. 1994. Direito Ambiental Constitucional. Malheiros Editores, SP. 243p.

TABELA 1-Principais problemas ambientais identificados pelas autoridades municipais de 22 prefeituras do Estado do Rio de Janeiro e suas respectivas porcentagens.

Categoria	Porcentagem
Recursos Naturais	90,91%
Poluição	86,36%
Desenvolvimento Urbano	81,82%
Educação	50,00%
Turismo	27,27%
Outros	18,18%

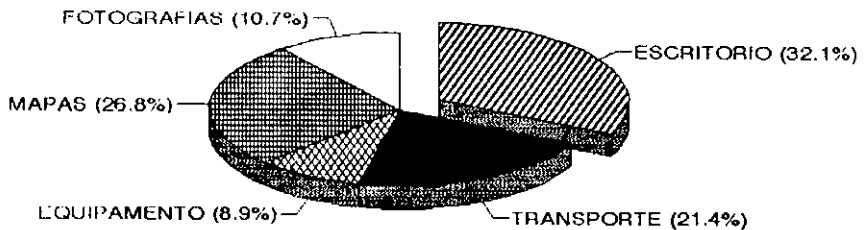


FIGURA 1 - Distribuição percentual de presença e ausência de estrutura municipal ligada ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.

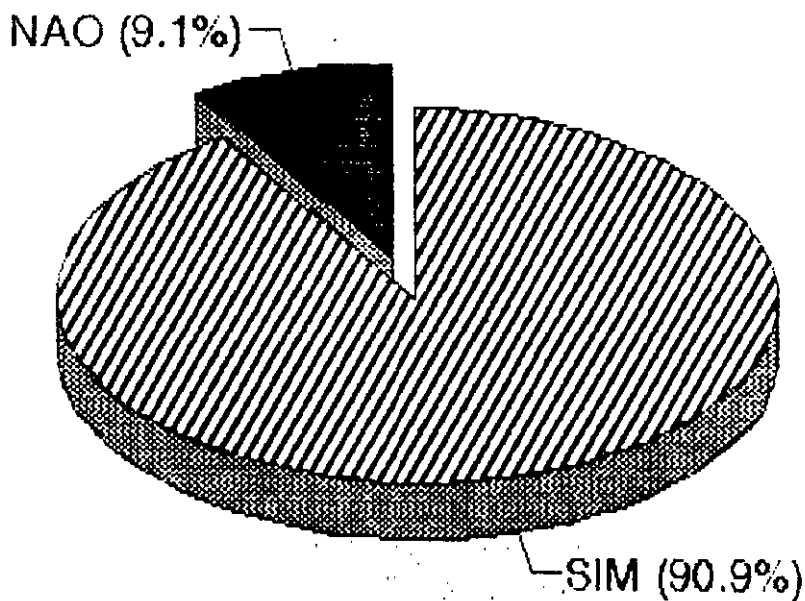


FIGURA 2 - Disponibilidade de recursos de infraestrutura providos pelo municipio.

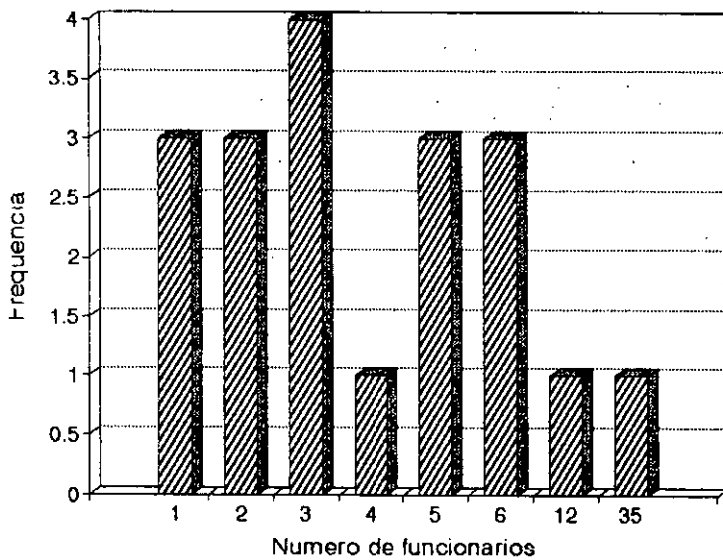


FIGURA 3 - Frequência do número de pessoas envolvidas na estrutura municipal ligada ao meio ambiente.